



Foto ONU/Martine Perret

Oficial de ligação brasileiro da UNMIT levanta informações sobre situação de segurança antes das eleições no Timor Leste (2007).

A Força de uma Trajetória

O Brasil e as Operações da ONU (1947-2015)¹

Eduarda Passarelli Hamann

Esta é uma versão revisada e atualizada da Nota Estratégica 19, publicada pelo Instituto Igarapé em outubro de 2015.

Este artigo visa identificar elementos que refletem o caminho percorrido pelo Brasil nas missões da Organização das Nações Unidas

(ONU), desde a primeira participação, em 1947, até os dias de hoje. Trata-se de desvendar um importante legado que o Brasil deixa não apenas para

si mesmo, mas também para as discussões sobre o futuro das operações das Nações Unidas. Em tempos de crise, como os atuais, a identificação de padrões de comportamento torna-se ainda mais relevante, na medida em que aspectos recorrentes poderão orientar a tomada de decisão depois de dissipada a névoa da incerteza.

Para tanto, foram analisadas *todas* as contribuições do Brasil para as missões da ONU, incluindo missões de manutenção da paz, missões políticas especiais e forças multinacionais. Os principais resultados, trazidos à tona neste artigo, incluem:

- ♦ Ao todo, entre 1947 e 2015, o Brasil enviou militares e policiais para 47 missões da ONU;
- ♦ Das 71 missões de *manutenção* da paz autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), 43 contaram com brasileiros no terreno, o que equivale a 61%. Além dessas, houve participação brasileira em 3 missões políticas especiais e em 1 força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança;
- ♦ O número de missões com participação de brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos 15 anos: em 2000, o Brasil participava de três missões e, hoje, o país participa de 9 missões, o que corresponde a um crescimento de 300%;
- ♦ Ao todo, mais de 48 mil militares e policiais brasileiros estiveram no terreno sob a bandeira azul da ONU. Desses, 87% foram desdobrados nos últimos 25 anos;
- ♦ Houve apenas três momentos que se destacam pelos números significativos de tropas brasileiras no terreno: anos 1950/1960 (Suez/UNEF I), anos 1990 (Angola/UNAVEM III) e anos 2000/2010 (Haiti/MINUSTAH, conjugada com Líbano/UNIFIL);
- ♦ A participação do Brasil nas missões da ONU parece ser motivada por interesses específicos e por interesses gerais: as missões prioritárias para a política externa brasileira (interesse específico) atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as missões menos prioritárias (de interesse geral ou global) atraem um baixo, porém constante, número de profissionais no terreno, e apenas ajudam o Brasil a marcar presença em espaços multilaterais; e
- ♦ Apesar da excessiva cautela do discurso diplomático do Brasil quanto ao engajamento em missões autorizadas sob o Capítulo VII da Carta da ONU, os

dados revelam a participação de brasileiros em 74% dessas missões.

Essas são evidências de que o perfil do país para questões de paz e segurança alcançou tamanha envergadura que já não é possível voltar atrás sem grandes prejuízos para a organização do sistema internacional. E sem grandes prejuízos para a própria posição relativa do país na ordem global. É importante ter consciência da grandeza do papel brasileiro a fim de que o governo mantenha elevado esse perfil nos anos vindouros.

Apresentação

Em função do tipo de dados hoje existentes, há pelo menos duas formas de analisar o envolvimento do Brasil nas missões da ONU. A primeira é mais ampla e considera a série histórica em sua íntegra, compreendendo toda a contribuição brasileira com pessoal uniformizado, de 1947 a 2015. A segunda é mais específica e confere destaque apenas aos últimos 25 anos. Além de ser o período mais recente, é também quando o engajamento do Brasil e da própria ONU fica mais dinâmico. Ambas as formas são adotadas neste trabalho, não apenas por serem complementares, mas também por revelarem dados importantes sobre os padrões de comportamento passados e presentes, que podem refletir no futuro.

Os dados da série histórica revelam que, entre 1947 a 2015, o Brasil enviou militares e/ou policiais para 47 missões da ONU, em cerca de 30 países e territórios². Dessas, 43 são de manutenção da paz (sob a coordenação do Departamento de Operações de Manutenção da Paz - DPKO), 3 são missões políticas especiais (sob a coordenação do Departamento de Assuntos Políticos - DPA), e 1 é força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança. Ao todo, o Brasil autorizou e financiou o desdobramento de 48.689 profissionais uniformizados brasileiros (militares e policiais) para trabalhar sob a bandeira azul das Nações Unidas³.

O início da participação do Brasil se confunde com as próprias origens das missões de paz da ONU, no fim dos anos 1940. Foi baixo o engajamento do país durante o regime militar (1964-1985), com a manutenção de um punhado de oficiais na função de observadores, com a notável exceção do desdobramento de três contingentes em uma missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) na República Dominicana⁴. Esse período de baixa participação coincide com o auge da Guerra Fria, quando o congelamento do Conselho de



Foto ONU (sem autor)

Tropas brasileiras em cerimônia militar na UNAVEM III (Angola 1997).

Segurança da ONU (CSNU) também coibiu a autorização de novas missões.

No início da década de 1990, tanto o CSNU como o Brasil retornam com mais dinamismo às operações de manutenção da paz. A maioria das missões passou a receber mandatos multidimensionais, o que demandou maior engajamento não só de militares, como também de policiais e especialistas civis. Pressionado pela ONU, o Brasil começou a desdobrar policiais militares em Angola (1991) e Moçambique (1993), e em outras várias missões.

No início dos anos 2000, as primeiras mulheres passaram a integrar os contingentes brasileiros das missões de paz. A pioneira foi ao Timor Leste (2003) e, até 2015, dezenas de mulheres participam de mais 6 missões⁵. O número máximo de mulheres brasileiras no terreno foi alcançado em março de 2012, quando havia 30 militares e policiais desdobradas em diferentes missões, ao mesmo tempo. O recorde em uma única missão foi obtido na MINUSTAH, em dezembro de 2015, quando 26 militares do segmento feminino fizeram

parte do contingente brasileiro, integrando um quadro total de 983 tropas⁶.

O Brasil optou por enviar seus nacionais a um maior número de missões a partir dos anos 2000, o que será explorado na próxima seção. A partir de 2004 também aumentou exponencialmente o número de militares e policiais no terreno, graças à participação no Haiti (MINUSTAH). Embora o auge tenha sido 2010-2012, os altos índices perduram até hoje.

Este artigo confere destaque a aspectos recorrentes que identificam padrões de comportamento do Brasil nas operações da ONU, tanto no âmbito do discurso diplomático, como principalmente no âmbito da prática militar, manifestado pela análise detalhada do desdobramento de brasileiros. Por se tratarem de macro-tendências, esses elementos ultrapassam as noções de tempo e, de certa forma, dizem respeito a políticas de Estado e não apenas de governo. Os principais padrões trazidos à tona pela pesquisa são os seguintes:

- ◆ Ao todo, entre 1947 e 2015, o Brasil enviou militares e policiais para 47 missões da ONU;

- Das 71 missões de *manutenção* da paz autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), 43 contaram com brasileiros no terreno, o que equivale a 61%. Além dessas, houve participação brasileira em 3 missões políticas especiais e em 1 força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança;
- O número de missões com participação de militares e policiais brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos 15 anos: em 2000, o Brasil participava de três missões e, hoje, o país participa de 9 missões, o que corresponde a um crescimento de 300%;
- Desde a primeira missão, mais de 48 mil militares e policiais brasileiros estiveram no terreno sob a bandeira azul da ONU. Desses, 87% foram desdobrados nos últimos 25 anos;
- Ao todo, houve apenas três momentos que se destacam devido aos números significativos de tropas brasileiras no terreno: anos 1950/1960 (Suez/UNEF I); anos 1990 (Angola/UNAVEM III, conjugada em menor escala com missões em Timor Leste e Moçambique); e anos 2000/2010 (Haiti/MINUSTAH, conjugada com Líbano/UNIFIL);
- A participação do Brasil nas missões da ONU parece ser motivada por interesses específicos e por interesses gerais: as missões prioritárias para a política externa brasileira (interesse específico) atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as missões menos prioritárias (de interesse geral ou global) atraem um baixo, porém constante, número de profissionais no terreno, e apenas ajudam o Brasil a marcar presença em espaços multilaterais;
- Apesar da excessiva cautela do discurso diplomático do Brasil quanto ao engajamento em missões autorizadas sob o Capítulo VII da Carta da ONU, os dados revelam a participação de brasileiros em 74% dessas missões; e
- O engajamento do Brasil nas missões da ONU parece motivado tanto por interesses específicos como por interesses gerais: as missões de interesse específico atraem grandes números de tropas brasileiras, enquanto que as de interesse geral evidenciam a busca do Brasil por marcar sua presença em espaços multilaterais, ainda que com baixo número de profissionais no terreno.

É evidente que questões financeiras, políticas ou ideológicas, relacionadas a governos específicos, têm impacto na quantidade de missões que recebem o apoio do Brasil, e/ou no número total de militares e policiais que o país

efetivamente desdobra. Mas o que os dados revelam é que há padrões que se mantêm relativamente estáveis, a despeito das diferenças político-partidárias no governo federal. Como consequência, os elementos centrais de tais padrões poderão orientar a política externa brasileira no futuro próximo, assim como poderão ser úteis aos debates sobre o futuro das operações de paz.

Metodologia

A metodologia adotada envolve uma combinação de análises quantitativas e qualitativas. Junto com aspectos temporais e espaciais, tais abordagens deixam evidente a trajetória do Brasil nas operações das Nações Unidas.

Apesar dos esforços, houve problemas metodológicos acerca da contagem de cada um dos componentes das missões (militares, policiais e civis). Os dados do DPKO, a principal fonte internacional sobre o tema, só evidenciam quantos profissionais estavam no terreno a cada mês. Assim, para obter o total de brasileiros em cada missão, recorreu-se a planilhas consolidadas pelo Ministério da Defesa e pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro (EME/EB), para a contagem dos militares das três forças, e dados obtidos com a Inspeção-Geral das Polícias Militares do Comando de Operações Terrestres (IGPM/COTER), também do Exército, para a contagem dos policiais militares. As planilhas com os dados dos militares não identificam os “veteranos”, de maneira que alguns profissionais foram contabilizados mais de uma vez⁷. Assim, optou-se por conferir semelhante tratamento à contagem dos PMs, a fim de que ficasse equiparada à dos militares.

Quase não há registro de especialistas civis brasileiros em missões da ONU e o único livro que menciona, de autoria de um diplomata brasileiro, foi publicado em 1999 e está desatualizado. Por essa razão, apenas o “pessoal uniformizado” (ou seja, todos os militares e policiais) foi contabilizado nessa pesquisa.

Em termos de números desagregados, esses só foram disponibilizados a partir de novembro de 1990 pelo site do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO). Há mais de 4 mil dados com identificação da participação de brasileiros, integrados a 505 documentos. Houve tão poucas interrupções que não chegam a afetar a visão geral.

Os dados selecionados para análise foram enquadrados em duas categorias, que serão detalhadas nas duas próximas seções e são resumidas a seguir:

(1) Dados que evidenciam a busca, pelo Brasil, de participar regularmente das missões da ONU, engajando-se tanto em missões de interesses específicos como em missões de interesses gerais/globais; e

(2) Dados que giram em torno do debate sobre o engajamento da ONU, e do Brasil, em missões regidas sob o Capítulo VII da Carta⁸.

Além desses aspectos, outros elementos também ficaram evidentes na análise da trajetória do Brasil nos últimos 70 anos, mas não farão parte desse artigo por falta de espaço e porque requerem mais tempo de pesquisa. Exemplos incluem o tímido engajamento com mulheres a partir de 2003, com maior ênfase em 2012 e 2015; bem como os esforços logísticos, doutrinários e de adestramento em retomar o engajamento de tropas depois de um distanciamento de quase vinte anos entre a UNAVEM III (1995-1997) e a MINUSTAH (2004-presente)⁹. Também pode ser útil discutir de que maneira as crises financeiras das décadas de 1990 e de 2010 não chegaram a afetar o engajamento do Brasil com tropas no exterior. São ideias para futuras pesquisas, que muito contribuirão para o avanço do debate.

Na próxima seção, o artigo fará uma análise quantitativa, com pinceladas qualitativas, nos aspectos que se traduzem como um esforço do Brasil em garantir a realização de seus interesses específicos e em promover ativamente iniciativas de interesse gerais,

contribuindo para a geração de bens públicos globais. No fim do artigo, serão discutidas as participações do Brasil em missões sob o Capítulo VII e suas implicações para a política externa brasileira.

A Garantia de Interesses Específicos e a Promoção de Interesses Gerais

Há fortes evidências de que o Brasil tenha contribuído, regularmente, com um baixo número de militares e policiais para um alto número de missões que não estão no centro da política externa brasileira, sobretudo a partir dos anos 2000. Isso indicaria que o Brasil estaria motivado pela vontade de contribuir com o multilateralismo e com a produção de bens públicos globais. Ao mesmo tempo, os dados também indicam que as missões da ONU em regiões ou territórios prioritários para a política externa contaram com o desdobramento de números significativos de tropas¹⁰. Assim, ficam evidentes pelo menos duas motivações do Brasil para participar das missões da ONU (“interesses gerais/globais” e “interesses específicos”), o que será explorado na presente seção.

Entre 1947 e 2015, 71 missões de manutenção da paz foram autorizadas pelo CSNU¹¹. Os últimos 25 anos foram mais intensos do que os 42 anos anteriores, em função da polarização do sistema internacional durante a Guerra Fria, representada no CSNU. No início da década de 1990, porém, o número de novas missões aprovadas aumentou de maneira exponencial.

Somente de 1988 a 1994, por exemplo, o Conselho aprovou 20 novas missões¹².

O Brasil participou, com militares ou policiais, de 43 operações de manutenção da paz, o que equivale a 61% do total¹³. Foi a partir de 1990, e principalmente no século atual, que a participação brasileira se fez mais ativa, com desdobramentos em 25 novas missões.

O gráfico 1 inclui todas as missões de manutenção da paz da ONU que contaram com a participação do Brasil, entre 1947 e 2015.

Tal gráfico evidencia que o país se engajou com um grande número de missões, simultaneamente,



Foto ONU/Pasqual Gorriz

Brasil assume o comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano 2011).

Os dados evidenciam que, em toda a trajetória do Brasil nas operações da ONU, somente três eixos receberam o apoio significativo de tropas brasileiras, manifestados pelos desdobramentos, em ordem cronológica, na UNAVEM III¹⁷ (1995-1997), MINUSTAH (2004-presente) e UNIFIL (2011-presente)¹⁸. Em segundo patamar, em termos de quantidade de tropas, encontram-se mais três missões, todas no Timor Leste: INTERFET, UNMISSET e UNTAET¹⁹. Todas as demais missões da ONU receberam brasileiros por meio de desdobramentos individuais. Trata-se, portanto, de um padrão de comportamento em que só há desdobramento de tropas (de pelotões a batalhões) em missões de interesse específico.

Cabe ainda destacar que a MINUSTAH e a UNIFIL, que são os mais recentes engajamentos com tropas brasileiras, também contam com oficiais gerais brasileiros em posições de destaque, como *Force Commander* (MINUSTAH, desde 2004) e como comandante da Força-Tarefa Marítima (UNIFIL, desde 2011)²⁰.

Outra maneira de visualizar o impacto dos três eixos prioritários é por meio do Gráfico 3, a seguir. Trata-se de uma linha do tempo que ilustra toda a participação do Brasil em missões de paz da ONU entre 1990 e 2015. Os destaques visuais são atribuídos à UNAVEM III (1995-1997), MINUSTAH (2004-presente, com dois batalhões entre 2010 e 2012, no imediato pós-terremoto) e UNIFIL (2011-presente).

O Gráfico 3 também traz indício de que a política externa para missões de paz tem elementos de política de Estado, e não só de governo, uma vez que o desdobramento com tropas passou por três administrações diferentes: Presidente Fernando Henrique Cardoso (UNAVEM III), Presidente Lula (MINUSTAH) e Presidente Dilma Rousseff (UNIFIL).

"Interesses gerais: número de missões com a participação do Brasil".

A análise quantitativa da trajetória do Brasil nas missões da ONU revela um dado importante, que pode ser interpretado como o valor que o país

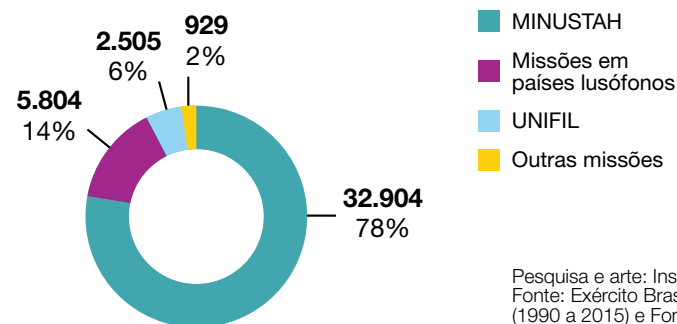


Gráfico 2. Distribuição dos brasileiros nas missões da ONU (nov./1990-dez./2015) (total: 42.142 militares e policiais)

Pesquisa e arte: Instituto Igarapé.
Fonte: Exército Brasileiro (2015), DPKO (1990 a 2015) e Fontoura (2005).

confere ao multilateralismo. Este aspecto teve início na década de 1940, ganhou força novamente nos anos 1990 e teve projeção ainda maior a partir dos anos 2000. Nos últimos 20 anos, a participação do Brasil não só se tornou mais diversificada, como também ganhou maior complexidade logística e operacional.

O Gráfico 1 demonstrou que o Brasil participa de várias missões ao mesmo tempo e em países ou regiões que não necessariamente são relevantes para os interesses específicos brasileiros. É a disposição do Brasil de participar de missões que atendam ao interesse geral da comunidade internacional, determinado pelo Conselho de Segurança. Esse argumento também pode ser bem visualizado no Gráfico 4, a seguir, que indica a participação do Brasil nos últimos 25 anos, com "retratos" tirados a cada cinco anos.

Para a análise comparada, tomam-se como exemplos os anos 2000 e 2015. Em 2000, o Brasil manteve militares e policiais em apenas três missões de paz da ONU: Guatemala (MINUGUA), Timor Leste (UNTAET) e ex-Iugoslávia (UNMOP). Dessas, as duas primeiras foram desdobradas em locais de interesse específico para a política externa brasileira. Já em dezembro de 2015, havia profissionais uniformizados brasileiros em 9 missões de paz da ONU: Chipre (UNFICYP), Costa do Marfim (UNOCI), Haiti (MINUSTAH), Líbano (UNIFIL), Libéria (UNMIL), República Centro-Africana (MINUSCA), Saara Ocidental (MINURSO), Sudão (UNISFA) e Sudão do Sul (UNMISS)²¹. Das 9 missões atuais, apenas duas (MINUSTAH e UNIFIL) parecem ter sido motivadas principalmente por

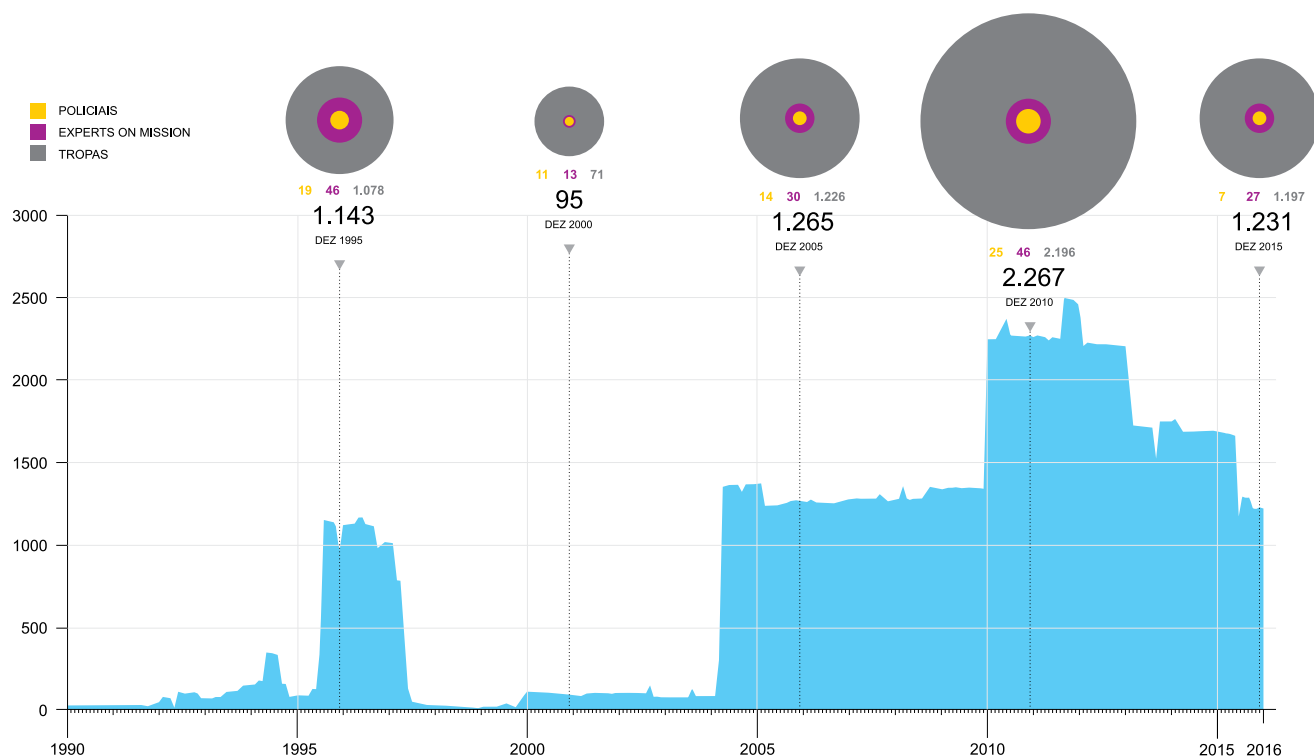


Gráfico 3. Evolução da participação do Brasil nas missões de paz da ONU, com destaques aos componentes da missão a cada 5 anos (1990-2015)

Pesquisa e arte: Instituto Igarapé.

Fonte: DPKO (1990 a 2015).

Nota: Os dados contidos nos círculos são referentes ao mês de dezembro de cada ano e contêm a distribuição dos brasileiros conforme a função – a legenda fala em “policiais”, “militares” (tropas) e “experts on mission” (militares em missão individual).

interesses específicos, ou seja, a maioria dos desdobramentos (7 missões, ou 78%) está relacionada a interesses gerais.

Esses mesmos dados evidenciam que, em um período de 15 anos, o número de missões com brasileiros cresceu exponencialmente, passando de 3, em 2000, para 9, em 2015 – o que equivale a um aumento de 300%. Também é possível constatar que, em 2000, havia representação brasileira em 19% das missões de paz da ONU, enquanto que, em 2015, essa porcentagem passou para 56% do total²².

Como mencionado na seção anterior, a análise qualitativa das novas missões com participação do Brasil, sobretudo as motivadas por interesse geral, indica que a maioria delas, senão todas, recebe brasileiros em missão individual. Trata-se de um grande esforço doméstico, que exige estreita coordenação entre vários atores e em diversas frentes, sobretudo política, diplomática, logística e financeira. Como resultado, o engajamento em um

número relativamente alto de missões, apesar do desdobramento de pequenos contingentes, evidencia a preocupação do Brasil de participar da divisão de tarefas do sistema internacional e de contribuir para a produção de bens públicos globais, sendo a manutenção da paz e da segurança internacional um dos mais importantes.

Esse seria, portanto, o segundo padrão de comportamento revelado pela pesquisa, ou seja, há evidências de desdobramento e manutenção de nacionais em missões da ONU mesmo quando não haja interesses específicos em jogo. Existem inúmeros custos por trás dessa estratégia e o país, durante no mínimo 15 anos, pareceu disposto a assumi-los.

O Brasil e as Missões da ONU sob o Capítulo VII – Releitura?

A seção atual fará uma análise de outro dado que ficou evidente na pesquisa: a regular participação de brasileiros em missões da ONU sob o Capítulo VII

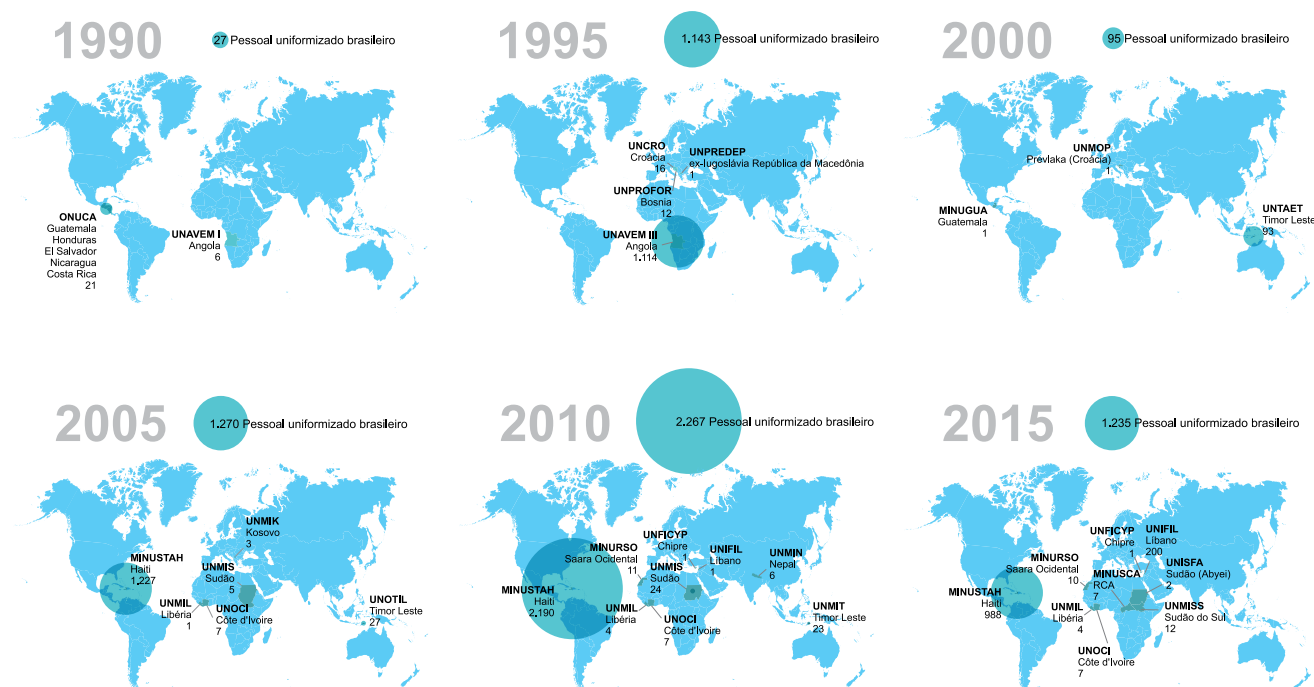


Gráfico 4. Quantidade de missões da ONU com pessoal uniformizado brasileiro (a cada 5 anos)

Pesquisa e arte: Instituto Igarapé.

Fonte: DPKO (nov.1990, dez.1995, dez.2000, dez.2005, dez.2010 e dez.2015).

da Carta da organização, ou seja, com mandatos que autorizam o uso da força e em contextos altamente instáveis.

A política externa brasileira para intervenções internacionais (que inclui missões de manutenção da paz e missões de imposição da paz) tem sido marcada por posições que resistem ao uso da força por parte da ONU. De maneira bem específica, a posição brasileira tem sido a de evitar que a ONU se envolva em missões sob o Capítulo VII: o país defende, inclusive, a delegação de tais missões para forças multinacionais ou para organizações regionais e sub-regionais²³.

A posição brasileira contrária ao uso da força manteve-se intacta mesmo em situações de graves violações de direitos humanos, como evidenciado nos discursos do Brasil no Conselho de Segurança nos casos do Kosovo (1998-1999), Darfur (2004-2005) e Líbia (2011)²⁴. O país não estava de acordo com a intervenção militar nesses três casos, embora tenha sido favorável, anos antes, à intervenção em Ruanda (1993-1994)²⁵.

Por um lado, os elementos que subsidiam essa posição tendem a enaltecer a soberania, a prevenção de conflitos e a resolução pacífica de controvérsias. Por outro lado, tal posição também se justifica pelas tentativas do Brasil de controlar eventuais abusos por parte dos tomadores de decisão do CSNU, em busca de soluções mais responsáveis.

No que se refere especificamente às operações de paz, a posição brasileira também privilegia a soberania e a não intervenção, nesse caso traduzidas pelos três princípios básicos do *peacekeeping*: imparcialidade, consentimento e não uso da força, a não ser para auto-defesa ou em cumprimento do mandato.

Tal posição tornou-se um pouco mais flexível no início dos anos 2000 – década altamente significativa para os debates sobre o tema no Brasil, tanto por causa da evolução no discurso da diplomacia brasileira, mas principalmente por causa de uma nova prática militar no terreno. Ambos os aspectos ainda se encontram em consolidação e serão analisados a seguir.

Em 2004, o discurso diplomático brasileiro passou a incluir elementos de proteção de civis (PoC) no âmbito

das operações de manutenção da paz, defendendo que os *peacekeepers* fossem responsáveis pela implementação de estratégias de PoC²⁶. Em 2009, o país passou a ser mais vocal em questões sobre legalidade e prestação de contas (*accountability*), sugerindo que as ferramentas do Capítulo VII fossem usadas somente com alto grau de especificidade e de monitoramento²⁷. E, em 2011, finalmente, depois da polêmica autorização do CSNU em relação à missão na Líbia, o Brasil lançou a expressão “responsabilidade ao proteger” (RwP)²⁸.

A RwP ainda não encontrou muitos ecos nos debates sobre operações de paz, embora seus princípios e valores traduzam os preceitos do direito internacional dos conflitos armados e do direito internacional humanitário, ambos há muito inseridos nas operações de paz. Acontece que a RwP traz à discussão o olhar de longo prazo e, principalmente, a consciência de que o uso irresponsável da força pode minar a sustentabilidade da paz, pela possibilidade de causar mais instabilidade do que pretendia evitar ou mais mortes do que tentou impedir – e esses são elementos extremamente úteis

aos debates sobre operações de paz sob o Capítulo VII.

Tal noção sofisticada de uso responsável da força também sugere que o próprio governo brasileiro deva fazer uma releitura do que significam as missões de paz sob o Capítulo VII. Se não é possível evitá-las, como sugere o discurso diplomático, como fazer com que tenham mandatos claros e razoáveis e que sejam implementados de maneira eficiente e eficaz?

Caso a evolução dentro do pensamento diplomático não seja suficiente para impulsionar tal releitura, a análise dos dados sobre a participação do Brasil no terreno deverá fazê-lo, como se vê a seguir.

Há três missões da ONU com participação do Brasil que merecem destaque nesta seção, pois representam quebras de paradigma em relação ao discurso diplomático oficial, geralmente contrário a missões sob o Capítulo VII. São as seguintes: (1) INTERFET (Timor Leste); (2) MINUSTAH (Haiti); e (3) MONUSCO (República Democrática do Congo). São missões regidas pelo Capítulo VII, total ou parcialmente, e contaram com apoio de brasileiros no terreno.



Foto ONU/Logan Abassi

Soldados brasileiros fazem operação em Porto Príncipe, pela MINUSTAH (2008).

A INTERFET não é uma “missão de paz”, mas foi autorizada pelo Conselho de Segurança para apoiar a estabilização do Timor Leste²⁹. Apesar da curta duração (de setembro a outubro de 1999), essa operação corresponde à primeira quebra de paradigma quanto ao envio de *tropas* brasileiras a missões sob o Capítulo VII. Pela primeira vez, o país desdobrou tropa para uma missão do Capítulo VII – no caso, um pelotão da Polícia do Exército (PE). Não houve, porém, autorização brasileira para o uso da força no terreno, a não ser para autodefesa. Depois da INTERFET, outras duas missões no Timor Leste, ainda sob o Capítulo VII, também contaram com o apoio brasileiro, cuja presença aumentou de um pelotão (primeiro com 50, depois com 70 militares) para uma companhia (cerca de 125 militares).

A MINUSTAH, iniciada em junho de 2004, corresponde à segunda quebra de paradigma, quando o Brasil empregou pela primeira vez um batalhão (cerca de 800 militares) em uma missão regida parcialmente pelo Capítulo VII. Mais do que isso, o batalhão brasileiro efetivamente recebeu autorização da ONU e do próprio Brasil para usar a força no nível tático. E assim o fez, sobretudo entre 2005 e 2007, durante os processos que levaram à pacificação de alguns bairros da capital haitiana, com destaque a Bel Air e Cité Soleil.

A MONUSCO, por sua vez, corresponde à terceira quebra de paradigma, ainda que não haja desdobramento de *tropas* brasileiras, apenas militares em missão individual. Em abril de 2013, o General Santos Cruz, oficial da reserva do Exército Brasileiro, foi convidado pela ONU para atuar como *Force Commander* dessa missão, o que incluía também o comando da controversa Brigada de Intervenção (FIP – *Force Intervention Brigade*)³⁰. O governo brasileiro foi bastante reticente no início, pois nunca escondeu suas restrições em relação à FIP. Em alguns meses, porém, o país tornou-se mais condescendente e chegou a desdobrar oficiais de Estado-Maior em apoio ao *Force Commander* – apoio esse que durou dois anos (set./2013 - out./2015).

Aos poucos, portanto, parece haver algum tipo de releitura quanto ao engajamento do país com *tropas* em missões da ONU sob o Capítulo VII, que começou com a “negação” e agora alcança a “participação comedida”. Surpreende, porém, que pouco ou nada seja ponderado acerca de todas as outras operações

da ONU sob o Capítulo VII que contaram ou ainda contam com a participação de brasileiros desdobrados individualmente.

Os dados evidenciam que há pelo menos 25 anos o Brasil envia seus nacionais para missões sob esse Capítulo. Desde 1990, quando o DPKO começa a contabilizar a participação dos Estados-membros, das 23 missões sob o Capítulo VII autorizadas pelo CSNU, 17 contaram com apoio de brasileiros no terreno. Isso corresponde à imensa maioria, ou 74% do total. Em outras palavras, o governo brasileiro efetivamente autorizou e financiou o desdobramento de militares e policiais para 3/4 de todas as missões de paz da ONU que são regidas, total ou parcialmente, pelo Capítulo VII da Carta.

A participação dos brasileiros nessas missões tem ocorrido por meio de contribuições individuais, exceto nos casos mencionados de Timor Leste e Haiti, em que houve contribuições com tropas. Trata-se de mais um padrão de comportamento que precisa ser absorvido pelas posições oficiais do país nos principais foros de paz e segurança internacional. É de se admirar que as missões sob o Capítulo VII causem tanto repúdio ao Brasil quando seus próprios nacionais também contribuem para o sucesso dessas missões, ainda que não usem a força quando desdobrados.

A tabela a seguir elenca todas as missões de paz regidas pelo Capítulo VII (total ou parcialmente) e traz detalhes sobre a eventual participação do Brasil em cada uma.

As evidências demonstram que os brasileiros, nessas missões, cumprem papéis variados, mas nenhum deles exigiu/exige o uso da força para além da autodefesa, à exceção da MINUSTAH. Porém – e mais importante – os mesmos dados sugerem uma verdadeira anuência por parte do governo brasileiro a missões dessa natureza, o que parece contrariar o discurso diplomático oficial. Tal aquiescência se traduz pelo efetivo apoio, há pelo menos 25 anos, ao desdobramento e à manutenção de mais de 1.500 brasileiros no terreno, por meio de pagamento de salários, compra de equipamentos, emissão de passaportes e passagens aéreas, além de outros investimentos. Assim, é fundamental que a política externa brasileira incorpore de alguma forma esse padrão de comportamento a fim de ser coerente com uma

REGIÃO	LOCAL	MISSÃO	PERÍODO	BRASILEIROS?	SE SIM, COMO FOI A PARTICIPAÇÃO?
África	Burundi	ONUB	jun/2004 – dez/2006	NÃO	-
	Côte d'Ivoire	UNOCI	abr/2004 – presente	SIM	89 militares: na MINUCI, atuaram como oficiais de ligação e, na UNOCI, como observadores militares, oficiais de ligação e oficiais de Estado-Maior. (53 EB, 23 MB e 13 FAB)
	Libéria	UNMIL	set/1993 – set/1997	SIM	51 brasileiros atuaram como observadores militares (34 EB, 5 MB e 12 FAB).
	Mali	MINUSMA	abr/2013 – presente	NÃO	-
	República Centro-Africana	MINURCAT	set/2007 – presente	SIM	7 brasileiros atuando como observadores militares (4 EB, 2 MB e 1 FAB).
		MINUSCA	abr/2014 – presente	SIM	16 militares atuando como oficiais de Estado-Maior (11 EB e 5 MB).
	República Democrática do Congo	MONUC	nov/1999 – jun/2010	NÃO	-
		MONUSCO	mai/2010 – presente	SIM	31 militares atuaram como Force Commander e oficiais de Estado-Maior (só EB). NB: A MONUSCO continua ativa, mas não há mais brasileiros: os militares saíram em out.2015 e o Force Commander brasileiro encerrou a sua missão em dez./2015.
	Serra Leoa	UNAMSIL	out/1999 – dez/2005	NÃO	-
	Somália	UNOSOM I	abr/1992 – mar/1993	NÃO	-
		UNOSOM II	mar/1993 – mar 1995	NÃO	-
	Sudão	UNMIS	mar/2005 – jul/2011	SIM	160 brasileiros, sendo que 148 como observadores militares (129 EB, 8 MB e 11 FAB), mais 12 policiais.
	Sudão (Darfur)	UNAMID	jul/2007 – presente	SIM	3 militares - com o fim da UNMIS, os militares que não haviam concluído seu tempo de missão foram realocados temporariamente na UNAMID.
	Sudão (Abyei)	UNISFA	jun/2011 – presente	SIM	19 militares como oficiais de Estado-Maior (12 EB, 3 MB e 4 FAB).
	Sudão do Sul	UNMISS	jul/2011 – presente	SIM	60 brasileiros, sendo 43 militares atuando como oficiais de Estado-Maior (34 EB, 3 MB e 6 FAB), mais 17 policiais.

REGIÃO	LOCAL	MISSÃO	PERÍODO	BRASILEIROS?	SE SIM, COMO FOI A PARTICIPAÇÃO?
Américas	Haiti	MINUSTAH	abr/2004 – presente	SIM	32.904 brasileiros, sendo 32.857 militares atuando como tropas e oficiais de Estado-Maior (26.998 EB, 5.574 MB e 285 FAB), mais 47 policiais.
Ásia	Timor Leste	INTERFET*	set/1999 – out/1999	SIM	51 militares empregados como tropa (só EB).
		UNTAET	out/1999 – mai/2002	SIM	401 brasileiros, dos quais 378 atuaram como observadores militares, oficiais de Estado-Maior e Polícia do Exército (o efetivo da PE passou de 51 para 70) (só EB), mais 23 policiais.
		UNMISSET	mai/2002 – mai/2005	SIM	503 brasileiros, sendo 488 militares (478 EB e 10 MB), mais 15 policiais. Em 2004, o efetivo da tropa passou de 70 para 125.
Europa	Ex-Iugoslávia/Bósnia	UNPROFOR	fev/1992 – mar/1995	SIM	118 brasileiros, sendo 96 atuando como observadores militares (47 EB, 37 MB e 12 FAB), mais 22 policiais.
	Ex-Iugoslávia/Croácia	UNCRO	mar/1995 – jan/1996	SIM	3 brasileiros, sendo 2 militares atuando como observadores militares (só EB), mais 1 policial.
		UNTAES	jan/1996 – jan/1998	SIM	9 brasileiros como observadores militares (6 EB e 3 MB).
	Ex-Iugoslávia/Kosovo	UNMIK	jun/1999 – jun/2008	SIM	13 policiais.

Tabela 1. Missões de paz da ONU sob o

Capítulo VII e a participação do Brasil (1992-2015)

A INTERFET é a única missão da tabela acima que não pode ser considerada uma “missão de manutenção da paz”. Apesar disso, foi incluída por ter sido estabelecida pelo Conselho de Segurança, sob o Cap. VII, e por ter contado com a participação do Brasil.

Legenda: “EB” - Exército Brasileiro, “MB” - Marinha do Brasil e “FAB” - Força Aérea Brasileira.

Nota: Dados compilados de fevereiro de 1992 até dezembro de 2015.

Fontes: Exército Brasileiro (2015 e 2016), DPKO (vários), Fontoura (2005), Melo Neto (2015) e Moraes (2015).

realidade que perdura há mais de duas décadas. A diplomacia deve assumir que o Brasil desempenha/desempenhou um papel pequeno, mas não desprezível, em um alto número de missões autorizadas sob o Capítulo VII (74% do total). Deve-se, ainda, refletir sobre o que isso significa para as posições do Brasil em foros multilaterais e para o desenho da própria trajetória brasileira nas missões da ONU.

Conclusões e Recomendações

A participação do Brasil nas missões da ONU foi analisada a partir de milhares de dados, organizados

neste artigo em duas grandes categorias temáticas. Primeiro, verificou-se que o Brasil atua em missões da ONU, principalmente as missões de paz, motivado por interesses específicos (que se reflete pelo *número de brasileiros* desdobrados no terreno em um dado momento), e também por interesses gerais (que equivale ao *número de missões* com participação de brasileiros).

Foi possível identificar que a intensidade do apoio brasileiro à ONU variou de acordo com interesses específicos (o Brasil só enviou tropas para missões em países prioritários para a sua política externa), mas



Foto ONU/sem autor

Brasil conclui o rodízio do 7º contingente na UNEF I (1961).

também há evidências de preocupação com interesses gerais, como a participação em missões que produzissem bens públicos globais.

Segundo, verificou-se que é fundamental realizar uma nova reflexão sobre as posições oficiais acerca do uso da força em missões da ONU regidas pelo Capítulo VII (total ou parcialmente), sobretudo as que contam com o apoio de brasileiros, em função de uma práxis militar existente há 25 anos. Nos próximos anos, deve-se esperar por um aumento – ou no mínimo a permanência – do número de missões autorizadas sob o Capítulo VII. Assim, é fundamental que o Brasil reflita sobre a sua própria participação em missões sob esse Capítulo, e também sobre a eventual necessidade de realinhamento entre discurso e prática, a fim de fortalecer a sua própria posição nos foros de paz e segurança internacional. É importante definir, por exemplo, se a MINUSTAH corresponde a um precedente ou uma exceção.

Ao longo do artigo, receberam destaque três padrões de comportamento que perpassam diferentes governos e que, por isso, representam indícios de políticas de Estado. Devem, portanto, ser considerados em futuros processos de tomada de decisão:

A participação com tropas (missões coletivas) só ocorreu em três eixos prioritários: Haiti, Líbano e países lusófonos (com destaque a Angola e Timor Leste e, em menor escala, Moçambique). As demais contribuições do Brasil a missões de paz, salvo raras exceções, ocorreram e ainda ocorrem por meio de desdobramento de indivíduos;

A busca pela diversificação nas missões apoiadas por brasileiros é relevante e tem início nos anos 2000. Em dezembro de 2015, o país tinha representantes em 9 das 16 missões de paz coordenadas pelo DPKO, o que corresponde a 56,3%; e

Há pelo menos 25 anos o Brasil envia nacionais (militares e policiais) para missões da ONU regidas pelo Capítulo VII. Houve/há representação brasileira em 74% das missões dessa natureza.

A análise da trajetória brasileira indica que não é possível voltar aos padrões anteriores aos da década de 1990 sem altos custos políticos. Os dados evidenciam que, nos últimos 25 anos, e principalmente a partir dos anos 2000, o Brasil alcançou um perfil internacional tão elevado que não pode diminuí-lo drasticamente sem que isso afete a própria dinâmica atual da paz e segurança. Além disso, ficariam frustradas as expectativas individuais e globais sobre as contribuições do Brasil, construídas em larga medida a partir do sucesso de sua participação em missões de paz ao longo da última década. Como consequência, isso também afetaria a reputação brasileira, bem como a própria projeção de *soft power* por parte do Brasil.

O artigo, como um todo, apresenta a trajetória brasileira com altos e baixos, imperfeições e incoerências, com a certeza de que as análises quantitativas e qualitativas sobre passado e presente contribuem para a qualificação do debate e para a tomada de decisão no futuro. ■

Eduarda Passarelli Hamann é Coordenadora do Programa de Consolidação da Paz do Instituto Igarapé. É advogada, e possui mestrado e doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), obtidos em 2002 e 2007 respectivamente. Trabalhou como consultora em várias instituições brasileiras e internacionais, governamentais e não governamentais, como o Banco Mundial, Viva Rio, Canal Futura e Ministério de Desenvolvimento Social (governo brasileiro). Tem experiência como professora de graduação no IRI/PUC-Rio e de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade Cândido Mendes.

Notas Explicativas

1. Agradeço imensamente pelos subsídios compartilhados pela 5ª SubChefia do Estado-Maior do Exército Brasileiro. Também agradeço pelo apoio recebido de Renata Giannini, Maiara Folly e Pedro Maia, a quem não se pode atribuir qualquer responsabilidade pelo conteúdo do presente artigo.

2. A 1ª missão da ONU com participação de brasileiros foi aprovada pela Assembleia Geral no final de 1947, mas os brasileiros só chegaram no terreno em meados de 1948. A contagem tem início, portanto, na aprovação da missão e na decisão de enviar brasileiros, e não no desdobramento em si.

3. Dados até dezembro de 2015.

4. Entre maio de 1965 e setembro de 1966, o Brasil participou da Força Interamericana de Paz, missão da OEA, com três contingentes de aproximadamente 1.000 militares cada (3 batalhões de infantaria e 3 companhias de fuzileiros navais), totalizando cerca de 3.330 tropas desdobradas, em rodízio, ao longo de 16 meses. Foi a única operação da OEA que contou com a participação de tropas brasileiras. As demais receberam, e algumas ainda recebem, o apoio de militares brasileiros em missão individual.

5. Ao todo, houve/há mulheres brasileiras (policiais e militares) em 7 missões, desdobradas em 6 países: MINUSTAH (Haiti), UNIFIL (Líbano), UNMIL (Libéria), UNMISS (Sudão do Sul), UNMISSET/UNMIT (Timor Leste) e UNOCI (Côte d'Ivoire).

6. DPKO (vários anos).

7. Entrevistas com alguns militares do Exército indicaram que há, sim, veteranos mas não se sabe quantos são. No caso dos policiais, dos 423 profissionais com experiência em missões da ONU, 55 participaram de 2 ou mesmo 3 missões diferentes (Exército Brasileiro 2016).

8. O Capítulo VII da Carta da ONU diz respeito à ação coletiva, de todos os membros da organização, em situações de ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão. Entre os instrumentos que podem ser autorizados estão as sanções, os embargos e também as controversas missões que autorizam o uso da força a despeito do consentimento das partes beligerantes. As últimas são fonte de polémica entre um grande número de Estados-Membros, inclusive para o Brasil.

9. Segundo Aguilar (2015), há vários benefícios em participar das missões da ONU, a exemplo de: (1) manter parte do efetivo adestrada em ambiente de conflito; (2) renovar os equipamentos; (3) de receber, no nível individual, um aporte financeiro extra uma

vez desdobrado; (4) aprimorar a doutrina militar devido à convivência com tropas de diferentes países; entre outros.

10. Por "número significativo" entende-se o emprego de no mínimo um batalhão (de 600 a 1.000 militares).

11. ONU/DPKO (2015a).

12. ONU/DPKO (2015b).

13. Não foi possível obter informações sobre o número de especialistas civis brasileiros, autorizados e desdobrados pelo governo federal, em missões de manutenção da paz e missões políticas especiais.

14. Os números incluem as missões do DPKO, as missões do DPA e a força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança (INTERFET).

15. Entre 1989 e 2015, houve 13 missões da ONU em países lusófonos: uma em Moçambique (ONUMOZ), cinco em Angola (UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III, MONUA e UNMA), seis no Timor Leste (UNAMET, INTERFET, UNTAET, UNMISSET, UNOTIL e UNMIT) e uma na Guiné Bissau (UNIOGBIS). Todas as missões, exceto a última, estiveram/estão sob a coordenação do DPKO.

16. Embora a UNIFIL tenha iniciado em 1964, o Brasil só começou a participar em 2011.

17. O Brasil desdobrava um batalhão de infantaria (aprox. 800), uma companhia de engenharia (200), dois postos de saúde avançados (40 médicos e assistentes), além de cerca de 40 oficiais do Estado-Maior. Também contou com um pequeno número de observadores policiais e militares (Brasil 2015).

18. O ponto fora da curva é a UNEF I (1957-1967), que pode ser considerada *sui generis* e parece ter merecido tanto apoio por parte do Brasil unicamente por ter sido a primeira missão de paz da ONU.

19. A INTERFET não é uma missão de manutenção da paz, de maneira que não foi incluída no cômputo do DPKO. Foi, porém, autorizada pelo Conselho de Segurança com mandato sob o Capítulo VII, de modo que é incluída na análise como "missão da ONU" e não como "missão de manutenção da paz" ou "missão sob coordenação do DPKO". A INTERFET contou com um pelotão da Polícia do Exército (50 militares). A UNTAET contou com observadores militares, oficiais do Estado-Maior e um pelotão da PE (50, que posteriormente aumentou para 70). Os militares que estavam na UNTAET foram incorporados à UNMISSET e, em 2004, o efetivo da tropa passou de 70 para 125 (uma companhia) (Brasil 2015).

20. O Brasil foi o primeiro país do sul global a assumir o comando da força naval.

21. Entre set./13 e out./15, o Brasil manteve militares na República Democrática do Congo (MONUSCO): além do Force Commander (Gen. Div. Carlos Alberto dos Santos Cruz), também foram desdobrados oficiais do Estado-Maior (6 oficiais entre set./2013 e ago./2014 e 5 entre nov./14 e out./15).

22. O número total de missões do DPKO em dez./2000 é o mesmo de dez./2015 (16 missões).

23. Fontoura (2005), p. 277.

24. São três episódios emblemáticos, ocorridos quando o Brasil exercia mandatos de membro não permanente no CSNU.

25. O Brasil estava no CSNU quando a crise em Ruanda escalou (1993-1994) e assumiu a posição de defender o uso da força para frear o genocídio. Ver Hamann (2012), Hermann (2011) e Britto (2012).

26. Ver os seguintes discursos do Brasil em reuniões do Conselho de Segurança da ONU: Embaixador Valle, na reunião n. 4990 (14 jun 2004); Emb. Ronaldo Sardenberg, na reunião n. 5209 (21 jun 2005); Emb. Maria Luiza Ribeiro Viotti, na reunião n. 6066 (14 Jan 2009) e Emb. Regina Maria Cordeiro Dunlop, na reunião n. 6216 (11 nov 2009).

27. Ver o discurso da Emb. Regina Maria Cordeiro Dunlop, na reunião n. 6151 do CSNU (26 jun 2009).

28. Para o discurso na íntegra, ver Brasil (2011a). Ver também Brasil (2011b).

29. Ver a resolução que cria a INTERFET (S/RES/1264), disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/264/81/PDF/N9926481.pdf?OpenElement>.

30. O Gen Div Santos Cruz comandou a MONUSCO entre jun./2013 e dez./2015.

Referências

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz (2015). "A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro". *Brasiliiana – Journal for Brazilian Studies*, v. 3, n. 2 (Mar 2015). <http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/article/view/20231/18133>.

BRASIL (2011a). Discurso feito pela presidente Dilma Rousseff, na abertura da 66ª sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU, em 21 set. Disponível em português em: http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/BR_pt.pdf.

_____. (2011b). Ministério das Relações Exteriores - Delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas. "Letter dated 9 November 2011 from the permanent representative of Brazil to the United Nations addressed to the secretary general" (A/66/551 e S/2011/701). Nova Iorque, 11 Nov. 2011. Disponível em: www.un.int/brazil/speech/ConceptPaper-%20RwP.pdf.

BRITTO, Andréa. (2012), "A tradição da continuidade: análise do lançamento do conceito de responsabilidade ao proteger pela diplomacia brasileira".

EXÉRCITO BRASILEIRO (2015). 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército. Base de dados com o número total de militares brasileiros (das três Forças Armadas) que participaram de todas as missões da ONU e da OEA (atualizada até dezembro de 2015).

EXÉRCITO BRASILEIRO (2016). IGPM/COTER – Inspetoria Geral das Polícias Militares do Comando de Operações Terrestres. Base de dados com o número total de policiais militares brasileiros que participaram de todas as missões da ONU (atualizada até fevereiro de 2016).

FONTOURA, Paulo Roberto C. Tarrisse da. (2005). "O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas". Brasília: IRBr e FUNAG.

HAMANN, Eduarda (2012). "Brazil and R2P: A Rising Global Player Struggles to Harmonise Discourse and Practice". In: "The Responsibility to Protect – from evasive to reluctant action? The

role of global middle powers". Hans Seidel Foundation, Konrad-Adenauer Stiftung, Institute for Security Studies and South African Institute of International Affairs. www.kas.de/wf/doc/kas_32598-1522-1-30.pdf?121102092609.

HERMANN, Breno. (2011), "Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro". Brasília: FUNAG.

MELO NETO, Sergio Carrera de A. (2015). Entrevista do Maj PMDF Carrera à autora, concedida em agosto.

MORAIS, Marco Antonio dos Santos (2015). Operações de Paz: a evolução histórica da OU, da Polícia das Nações Unidas (UNPOL) e a participação da Brigada Militar. Porto Alegre: Imprensa Livre.

ONU/DPKO - Department of Peacekeeping Operations (2015a). "Peacekeeping Factsheet". Disponível em: www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml.

_____. (2015b). "Post-Cold War surge". Disponível em: www.un.org/en/peacekeeping/operations/surge.shtml.

_____. (vários). "Monthly Contributions", com dados obtidos mensalmente, entre novembro de 1990 até dezembro de 2015.

Discursos do Brasil em reuniões do Conselho de Segurança da ONU (seleção):

Reunião n. 4990 (14 jun 2004): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4990.

Reunião n. 5209 (21 jun 2005): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.5209.

Reunião n. 6066 (14 jan 2009): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6066.

Reunião n. 6151 (26 jun 2009) www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6151.

Reunião n. 6216 (11 nov 2009): www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6216%28Resumption1%29.